

IMPACTO SOCIAL DA INDÚSTRIA PETROLÍFERA EM MACAÉ: CAMINHOS PARA A RESPONSABILIDADE DA AÇÃO PÚBLICA

Alice Pereira Xavier Lage

Doutora em Ciências Humanas (Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Macaé)

E-mail: alicepxavier@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-9488-821X>

Filipe de Menezes Oliveira

Graduado em Administração (Faculdade Municipal de Macaé Professor Miguel Ângelo da Silva Santos)

E-mail: filipehmenezes@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-2015-9441>



Artigo publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado

Resumo: O presente trabalho reúne uma pesquisa, caracterização e análise quanto às políticas públicas do município de Macaé, ao longo dos anos, no que tange à responsabilidade governamental, garantida pela Constituição Federal e pelas Leis complementares, que visam garantir o bem-estar da população. Guiou-nos investigar a existência de políticas públicas para a inserção da população na economia local e a administração justa dos recursos da cidade. Desta forma, foi considerada a situação das camadas populares perante o mercado de trabalho petrolífero, buscando embasamento histórico, cultural, social e bibliográfico para analisar a responsabilidade social das organizações com as pessoas locais e também observar a inserção delas na indústria, suas condições de qualificação profissional, o impacto cultural e econômico em suas vidas. Concluiu-se a necessidade de investimento em pesquisas e estudos voltados para a questão social pública, devido à escassez de trabalhos nesta área. E também, apresentam-se caminhos possíveis para que se alcancem os níveis de qualidade social condizente a uma cidade de tamanha capacidade.

Palavras-chave: Responsabilidade Social. Políticas Públicas. Administração Pública.

Abstract: This study aims at the research, characterization and analysis regarding the performance of the Macaé City Hall over the years, regarding government responsibility, guaranteed by the Federal Constitution and by complementary Laws aimed at ensuring the well-being of the population. The existence of public policies aimed at inserting them into the local economy and the fair administration of the city's resources. In this way, the situation of the popular strata will be considered before the oil work market, seeking historical, cultural, social and bibliographic basis to analyze the social responsibility of the organizations with the local people and also to observe their insertion in industry, their conditions of professional qualification, the cultural and economic impact on their lives. It was concluded the need for investment in re-search and studies focused on the public social issue, due to the scarcity of work in this area. Also, it presents possible ways to reach the levels of social quality consistent with a city of such capacity

Keywords: Social Responsibility. Public Policy. Administration.

APRESENTAÇÃO

Entre a década de 1970 e a atual, a cidade de Macaé se transformou economicamente, urbanamente e socialmente. A economia do município era basicamente movida pelo turismo e pela pesca, sendo cidade litorânea e tendo suas praias e cachoeiras como atrativos turísticos. Porém, após a descoberta de petróleo na bacia de Campos e a exploração deste recurso, os impactos econômicos foram cada vez maiores ao longo dos anos, tornando-se a cidade de Macaé um

centro de oportunidades de emprego para os mais variados tipos de profissionais. Com isso, o crescimento exorbitante da população foi inevitável, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no censo demográfico (2000) que demonstrou o crescimento populacional de Macaé entre 1970 e 2009, passando de 47.221 mil para 194.403 mil pessoas.

Os cidadãos de Macaé viram em pouco tempo pessoas do país inteiro chegarem à cidade, atraídos pelos empregos e movidos pela demanda do mercado de trabalho, visto que a mão de obra local não a supria, em quantidade necessária para atender às atividades do mercado, e principalmente em qualificação, para o exercício de cargos técnicos e de gestão. O turismo na cidade, apesar dos recursos naturais existentes, tinha pouco investimento, sem um planejamento adequado. O sistema educacional não tinha especializações na área petrolífera, bem como cursos e universidades, tendo seus habitantes que se deslocar para fora do município em busca de qualificação profissional.

Conforme reportagem da Agência Brasil (abril de 2006), “O petróleo transformou a cidade de Macaé em um novo Eldorado”. O município ganhou condomínios, casas de luxo, oferta de empregos, atraiu pessoas, elevou a arrecadação, configurando-se como “A Capital Nacional do Petróleo”.

Muitos jovens macaenses, diferentes de gerações anteriores, tiveram suas carreiras já inicialmente direcionadas para as atividades petrolíferas e às relacionadas a elas. O município de Macaé iniciava a oferta de oportunidades que, em anos anteriores, não era possível.

Graças ao mercado, que naquela época estava em seu auge (2005), as possibilidades de emprego, instrução e crescimento aumentaram. Foi como se um novo horizonte se abrisse para as pessoas.

A partir do contexto socioeconômico apresentado, surgiram algumas questões, relativas à ocupação das vagas e a postos de trabalho, e ainda, se essas eram as de tomada de decisão. Além disso, urge o questionamento sobre como se deu a inserção dos macaenses ao longo do tempo no mercado de trabalho.

É possível investigar os tipos de cargos ocupados ao se comparar com o crescimento populacional macaense no período de 2010 a 2014 (Censo Demográfico) saltando de 131.550 em 2000 para

229.624 pessoas em 2014. Houve nitidamente uma migração, tanto da região norte-fluminense, quanto de outros estados e países. Isso ocorreu por meio das ofertas de emprego na área *off-shore*. Essa migração ocasionou a entrada de pessoas de várias características, com qualificação para atender o que o mercado necessitava, bem como trouxe novas técnicas de operação e exploração. Nesse contexto, foi também impressionante a oferta para os cargos de baixa qualificação.

A seguir, está apresentada uma evolução em números dos royalties de petróleo arrecadados pelo município de Macaé:

A evolução dos royalties arrecadados em Macaé

| Evolução dos royalties |
|-------------------------------|
| 1999 - R\$ 34.757.683,06 |
| 2000 - R\$ 84.827.106,07 |
| 2001 - R\$ 114.927.809,68 |
| 2002 - R\$ 181.093.886,42 |
| 2003 - R\$ 259.987.249,02 |
| 2004 - R\$ 287.551.201,31 |
| 2005 - R\$ 347.870.813,54 |
| 2006 - R\$ 422.768.120,67 |
| 2007 - R\$ 358.203.835,34 |
| 2008 - R\$ 519.415.834,09 |
| 2009 - R\$ 367.797.120,71 |
| 2010 - R\$ 209.986.044,98 |

Fonte: Prefeitura Municipal de Macaé. Acesso em 19/07/2017.

A arrecadação de um município acontece de várias formas. As prefeituras dispõem de várias fontes de receitas, mas, na maioria dos casos, as transferências constitucionais respondem pela maior fatia do orçamento. Existem as transferências constitucionais (percentuais transferidos pelo Estado ou pela União em impostos federais), a mais conhecida pela população macaense. Pela cidade de Macaé há a compensação financeira (royalties) que ocorre pela exploração de recursos naturais (petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos líquidos), de recursos hídricos e de recursos minerais, inclusive do subsolo da plataforma continental e da zona econômica exclusiva.

A partir do aumento de arrecadação da cidade houve paralelamente o crescimento em outras áreas como, por exemplo, a educacional. O número de instituições educacionais municipais chegou a 113 em 2015, bem como 11 escolas estaduais, conforme dados fornecidos pela Prefeitura. No ensino superior, até então a única fa-

culdade existente era a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Macaé - FAFIMA, inaugurada em 1973, oferecendo apenas cursos de licenciatura. Desde então, houve uma grande evolução desde a primeira graduação oferecida gratuitamente na cidade (Administração e Ciências Contábeis, em convênio entre a UFF e a Funemac, 1992) até a criação da Faculdade Miguel Ângelo da Silva Santos (FeMASS), que é pública municipal, com seu primeiro curso de Sistemas de Informação, em 2001. Porém, foi com a inauguração da cidade universitária, em 2007, que os cursos oferecidos se ampliaram através dos convênios firmados com as instituições federais.

Conforme a revista Tribuna do Estudante que teve sua primeira edição publicada em agosto de 2016, com o título “Macaé investe para ser a capital do conhecimento”, os investimentos na área da educação estão entre as prioridades da gestão atual. O desenvolvimento educacional, como consequência direta do direcionamento das riquezas geradas pela exploração de petróleo, atualmente, auxilia na mudança de vocação do município. Macaé, neste contexto, e por suas peculiaridades, afirma-se como referência nacional, agora não somente em recursos, mas em expertise, norteando para as necessidades de ampliação e fortalecimento das atividades educacionais e de pesquisa, que ampliam as oportunidades para o município e sua população.

ADMINISTRAÇÃO E FUNÇÃO SOCIAL

Neste artigo, as mudanças econômicas servem de apoio e parâmetro para se analisar as consequências na administração dos recursos, projetos e bens públicos voltados para a população. Devido à atração econômica, muitas empresas se instalaram na cidade e movimentaram a conjuntura estrutural, comercial e industrial de Macaé. Eram multinacionais com reconhecimento mundial, criando bases de produção e gerenciamento, tornando a cidade um novo polo de desenvolvimento.

O aumento da população urbana foi rápido, alcançando 194 mil habitantes em 2009 (IBGE, 2009). Junto a esse crescimento era necessário um planejamento de infraestrutura, o qual não ocorreu. Pode-se dizer que as mudanças urbanas foram ocorrendo tão aceleradamente que não houve projetos de alocação de pessoas, análise da estrutura do solo e impacto ambiental. As ações de preservação am-

biental eram tomadas posteriormente à necessidade, quando certos lugares já haviam sido urbanizados sem planejamento.

O espaço urbano é definido por (Castells, 1975, p. 304) como “carregado de sentido”:

Seus formas e seu traçado se remetem entre si e se articulam numa estrutura simbólica, cuja eficácia sobre as práticas sociais revela-se em toda análise concreta. Mas esta estrutura simbólica não é o equivalente de um *texto urbano* organizado pela cristalização formal da ação social.

Com as atividades acontecendo simultaneamente a partir da década de 1970, as atitudes foram sendo tomadas muito mais de uma forma que sanasse problemas, e não no sentido de prevê-los. A convergência de pessoas, serviços e mercadorias foi desenhando a estrutura social da cidade e, ao longo dos anos, desenvolveram as relações e determinaram a divisão social dos bairros. Somente por volta dos anos 2000, começaram a surgir análises concretas em relação à eficácia das práticas sociais (*idem*). Foi a partir daí que se notou a necessidade de planejamento do meio urbano, quando favelas já haviam sido formadas e também já se desenhava uma divisão clara dos bairros ocupados por indivíduos com maior poder aquisitivo em relação às camadas sociais economicamente mais pobres. A “antiga Macaé”, com características rurais e atividades voltadas para a pesca dos anos 1960, já praticamente não podia ser reconhecida nos anos 2000.

Ao iniciar o debate quanto às ações públicas que visam garantir a justa distribuição de recursos e oportunidades na sociedade, cabe citar um dos princípios básicos exigidos pela Constituição Federal, Artigo 3º, inciso 4º - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Sendo assim, é necessário remeter-se aos deveres garantidos em lei sempre que se busca analisar o papel da gestão pública perante os fenômenos econômicos, urbanos e sociais para com os indivíduos.

Entretanto, é preciso considerar que uma política pública pode ser elaborada pelo Estado ou por instituições privadas, quando se referam a objeto único público. Elas não se limitam às políticas e ações governamentais. O estado não é o único agente capaz de produzir políticas públicas. A questão é em relação ao problema público. Por-

tanto, as multinacionais instaladas na cidade de Macaé não apenas beneficiárias dos recursos naturais e industriais possíveis da região, podem, por meio de uma gestão pública eficiente, tornarem-se aliadas do Poder Público Municipal e do governo do Estado na garantia dos interesses da sociedade e dos bens comuns.

MIGRAÇÃO

Migração é um termo que corresponde à mobilidade espacial da população, aspecto relevante na história de Macaé. Tais fluxos migratórios podem ser motivados por diferentes razões: religião, cultura, economia e até mesmo acidentes naturais. No entanto, veem-se em sua maioria os deslocamentos ocorrendo em função da economia do local de destino. É em busca de oportunidades que as pessoas deslocam seus pertences e familiares visando a uma melhor qualidade de vida e chances de crescimento financeiro e profissional.

Macaé, por exemplo, vivenciou idas e vindas de pessoas em fluxo intenso. A cidade serviu de moradia temporária para muitas pessoas, inclusive vindas de outros países. Percebe-se, no momento atual, de crise econômica, saídas de pessoas e casas vazias, constatando que poucas delas criaram laços e vínculos com a cidade.

FUNÇÕES SOCIAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

“Falar em função social da propriedade pública soa como um pleonasma” (DI PIETRO, 2006); a autora expressa certa inquietude quando se atribui a função social da propriedade pública como parte de suas funções. O poder público e o bem comum caminham lado a lado, ou deveriam. Portanto, não há que se pensar em Administração Pública sem atribuir à sua existência a finalidade de garantir a igualdade de importância a todos os cidadãos. Apesar de a função social não estar tão claramente explícita na Constituição Federal, esta aparece no artigo 182 como objetivo da política de desenvolvimento urbano: “Ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes”.

Assim sendo, só pode haver moral se a sociedade possuir um

valor superior à de seus membros, um ato só será moral se tiver por objeto algo que não o seu autor. Ao atribuir esses conceitos aos aspectos administrativos públicos, seja pela prestação de serviços públicos, pela atuação no meio privado ou sua administração interna, o Estado tem por finalidade que a sociedade seja a beneficiária de suas ações. Afinal, o destino da função pública é garantir a segurança, proteção e bem-estar dos indivíduos. É necessário assim desassociar, cada vez mais e de uma vez por todas, o conceito de função social do termo caridade, visto que, sendo parte dos deveres da gestão pública, a mesma não está disposta como escolha ou opção do administrador. É, portanto, motivo e razão de existência da mesma.

MACAÉ NO CENÁRIO NACIONAL: ANÁLISE DE AÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA MUNICIPAL

A população macaense no último censo (IBGE, 2010) atingiu a marca de 206.728 pessoas, a população estimada em 2017 chegou a 244.139 pessoas. Um aumento entre a última pesquisa e a última estimativa é de, aproximadamente, 37 mil pessoas, um ganho significativo de habitantes no intervalo de sete anos. De acordo com os dados do IBGE (2010), em comparação com a década anterior, a população do município aumentou 56,1%.

Como pode-se notar na tabela 2, os números evidenciam o crescimento contínuo de habitantes ao longo dos anos, atingindo uma taxa de 4,55 % ao ano e um aumento de 104,9% da população nas últimas décadas. Tendo em vista que nesse período a cidade viveu a ascensão e o auge de suas relações comerciais e industriais, pode-se notar que este aumento caminha junto ao crescimento financeiro a ser abordado em próximo tópico, e não por acaso, atraiu pessoas de todo o Brasil e do mundo.

Para analisar esse fenômeno de crescimento populacional, há de se definir os conceitos de cidade, território e espaço entrelaçando e relacionando com os efeitos causados em Macaé. O conceito de espaço admite várias concepções. A principal diz respeito à extensão que contém a matéria existente, ou seja, a parte que ocupa algo. O espaço geográfico é aquele que foi modificado pelo homem ao longo

da história. Nas palavras de ALVES (1999, p. 194):

O espaço “é produto das relações entre homens e dos homens com a natureza, e ao mesmo tempo é fator que interfere nas mesmas relações que o constituíram. O espaço é, então, a materialização das relações existentes entre os homens na sociedade.”

Território é um espaço, mas nem todo espaço é território. A diferenciação se dá pelo uso das fronteiras que, delimitando tal espaço, podem ser visíveis ou não. É essencial que haja uma relação de poder para que se configure um território. Tal poder não necessariamente é político, legal e configurado explicitamente, no entanto expressa a predominância de um grupo, uma comunidade ou o Estado.

No Brasil, a definição de cidade utilizada pelo IBGE segue critérios qualitativos e administrativos adotando as classificações realizadas pelas prefeituras municipais. De acordo com este órgão, cidade corresponde ao distrito sede do município. Portanto, em Macaé, cidade e município tem única nomenclatura.

OS DESAFIOS DA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA EM MACAÉ

Em 2015, o salário médio mensal era de 7.5 salários mínimos em Macaé, conforme IBGE. Considerando que em 2015 o salário mínimo era de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais), atingindo R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais) em 2016, os domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa eram de 31.5% da população nessas condições.

Os números obtidos levam a uma comparação superficial entre arrecadação e distribuição, já que são aproximados e não consideram fatores, como, por exemplo, a concentração de renda em grupos ou classes, porém demonstram uma desigualdade de distribuição de renda entre a população. Ao considerar a renda *per capita*, vê-se que o PIB, em 2013, atingiu uma renda *per capita* de R\$ 1.103,42, um aumento significativo em relação aos anos 2000 (R\$ 786,54 *per capita*).

Tais dados do IBGE permitem nos aproximar de uma análise sobre as ações da Administração Pública Municipal para o trabalho e renda. À margem dos números que demonstram aumento da renda,

voltamo-nos à realidade local e regional, considerando que houve uma saída abrupta, nos últimos quatro ou cinco anos, daqueles que buscavam em Macaé oportunidades de emprego e melhor renda.

Apesar de muitas empresas nacionais e principalmente estrangeiras terem entrado na cidade, construindo, inclusive, bases permanentes do território (Bairros como Imboassica e Parque de Tubos foram os mais modificados), viu-se também a chegada de muita mão de obra de fora.

Obviamente, não se poderia esperar que a mão de obra local suprisse a necessidade de um mercado em plena ascensão. Em tal esfera entende-se a necessidade para o planejamento e acordo com as diferentes empresas e organizações, com vistas a garantir que parte dessa demanda seja preenchida com mão de obra local, para impacto na sustentabilidade econômica.

Em relação ao processo de crescimento industrial macaense, a grande questão seria a formação de mão de obra local especializada por meio do investimento em educação e qualificação com cursos, técnicos, faculdades, além da melhora da educação pública local. O plano de cidade faz-se necessário, no sentido de buscar fugir de rótulos, como o de “cidade dormitório”. No caso de Macaé, de cidade para o trabalho e não para o lazer ou para viver. O fomento de políticas públicas para o planejamento das cidades deve ser antecedido por pesquisas que busquem compreender a dinâmica social local de forma sistemática e rigorosa, em fuga de projetos individuais e do interesse de pequenos grupos.

Avaliando a imigração em busca de trabalho na cidade, e em relação a um contexto evolutivo, pode-se analisar que existe uma parte da sociedade macaense à margem dessa abundância econômica. No entanto, formaram-se comunidades para abrigar os imigrantes que chegaram sem qualificação profissional e sem condições de se manterem. O município foi impactado pelos movimentos migratórios, precisando fornecer saúde, educação, moradia e qualidade de vida. Neste mesmo território-cidade esbarra-se na alta concentração de riqueza de algumas camadas sociais.

Para qualquer gestão municipal, estadual ou federal, nas sociedades capitalistas, combater o desemprego é um desafio imenso.

Ao longo dos anos, inúmeras alternativas vêm sendo pensadas tanto para absorver a força de trabalho quanto para qualificá-la. É necessário avaliar uma série de fatores que levam ao desemprego, tais como, o aumento da população mundial, o avanço das tecnologias que permitiram a otimização de processos industriais substituindo a força humana pelas máquinas a fim de produzir mais em menos tempo, e inclusive, questões sociais como educação.

Numa economia globalizada, os efeitos das crises financeiras e mercadológicas se tornam estruturais, atingindo toda uma cadeia industrial e financeira. Tais efeitos refletem nos preços dos produtos, nos custos de produção, nos preços de venda, modelando o poder de compra do consumidor.

Conforme explica a Organização Internacional do Trabalho - OIT, quanto aos municípios é possível classificá-los em um processo de desenvolvimento local e regional como agentes de grande importância e relevância. Faz-se necessário levar em conta as especificidades de cada local em relação ao desemprego e às políticas públicas, considerando que as grandes cidades sofrem o impacto migratório dos trabalhadores desempregados das cidades menores. O processo mais comum de migração nos estados é a saída da população das áreas rurais ou periféricas para os grandes centros em busca de emprego.

Macaé, curiosamente, apresentou um processo contrário ao comum movimento migratório. Por ser uma cidade do interior, viu-se uma grande parcela de populações de grandes metrópoles, tais como Rio de Janeiro e São Paulo, se mudar para este município. Configurou-se um movimento que “remou contra a maré”. Por meio desta metáfora podem-se ilustrar as dificuldades que o município enfrentou e ainda enfrenta para comportar um número alto de pessoas e proporcioná-las qualidade de vida. Macaé precisou se comportar como uma grande cidade antes de tornar-se uma.

Para entender os processos que levaram às taxas de desemprego em Macaé, há de se conceituar desemprego, emprego e trabalho. Cattani (2000) define o trabalho a partir de dimensões ambivalentes, como sinônimo tanto de opressão quanto de emancipação, tortura (*tripallium* – palavra de origem), prazer, alienação e criação. Tais dimensões, para o autor, não se limitam à jornada laboral, mas repercutem sobre a totalidade da vida em sociedade. Ainda para Cattani

(2000), o trabalho pode ser conceituado como uma atividade de produção de bens e serviços, composto pelas condições de exercício dessa atividade. O trabalho assalariado é considerado pelo autor como o “epicentro dos mecanismos econômicos, das experiências e das construções sociais”, embora o trabalho possa também assumir o formato familiar, independente e comunitário, dentre outros (*idem*, p. 39).

Conforme informa o jornal O Debate, publicado em 27/06/2017, a taxa de desemprego em Macaé apresentou queda no mês de maio 2017, ao passar de 32% em março, para 19%, em avaliação realizada todos os meses pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Durante o mês de maio deste ano foram admitidos 328 profissionais na área de comércio varejista, enquanto 399 foram demitidos, e 71 postos de trabalho foram fechados. O mês de março fechou em alta. Os comércios contrataram 341 pessoas e 442 foram demitidas. O número de postos fechados foi de 101.

Num período de um ano, entre 2015 e 2016, mais de seis mil empresas fecharam as portas. De acordo com a mesma reportagem, desde o fim do ano de 2014, o comércio vem enxugando o quadro de funcionários. O levantamento considerou tanto empregos formais quanto informais. O número representa 70% das dispensas no período.

Conforme matéria do G1, publicada em 26/01/2017, Macaé e Campos atingiram o maior número de desemprego no interior do Rio de Janeiro. Um total de 12.300 empregos a menos em Macaé e Campos, na segunda posição, com uma queda de 5.500. A proporcionalidade no número de desempregos em relação à quantidade de postos de trabalho em tais cidades demonstra o quanto a economia macaense foi afetada. Em resposta ao G1, a Prefeitura de Macaé afirmou que certas medidas estão sendo tomadas em favor da economia do município, entre elas, a redução tributária para empresas de petróleo e gás. A reportagem afirma ainda que o município oferece uma central de atendimentos para recrutamento e seleção de trabalhadores na cidade.

Para tratar sobre administração pública e suas responsabilidades, faz-se necessário um entendimento do que vem a ser políticas públicas, suas possibilidades e abrangências.

Políticas públicas podem ser consideradas como um conjunto

de ações que atuam como respostas e soluções às demandas sociais e públicas enfrentadas pela sociedade, tendo como objetivo suprir as necessidades daqueles que sofrem tais demandas. Ou seja, trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social [...] (SARAVIA, 2006, p. 28).

A elaboração e implementação de forma efetiva de políticas públicas são necessárias e imprescindíveis para o combate aos índices de desemprego e suas consequências para a sociedade. As políticas públicas podem ocorrer de duas maneiras: de forma preventiva ou corretiva/tratativa. De forma preventiva é possível identificar necessidades do local, planejar as ações necessárias para supri-las, implementar metas de cumprimento a curto, médio e longo prazos.

Esse diagnóstico é feito geralmente no período anterior ao que será implantado e executado por meio dos planos estratégicos divulgados pelas prefeituras. Em Macaé, os planos estratégicos são elaborados a cada três anos com cinco eixos, indicadores, metas e prazos estabelecidos para 16 secretarias. O Plano Estratégico (2018-2021), disponível no *site* da Prefeitura e acessado em 28/05/2018, aponta cinco eixos: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e humano, meio ambiente, desenvolvimento urbano e gestão democrática.

CAMINHOS POSSÍVEIS

As políticas públicas requerem ações planejadas com base no cenário atual da cidade, com planejamento das metas a serem alcançadas. Inovar é uma tarefa difícil para o administrador, e em cenários de crise, um percurso necessário.

Desde a implantação do polo universitário em Macaé, em 2007, o município tem buscado caminhos, na perspectiva em tornar Macaé “A cidade de conhecimento”, não sendo apenas conhecida como a “Capital nacional do petróleo”, mas também referência na área de educação de nível superior.

Em relação ao trabalho e emprego em Macaé percebem-se perspectivas de uma nova realidade, com reinício de oportunidades de trabalho, vislumbrando a reconstrução do cenário próspero de anos atrás. Essencial nesse momento é projetar possibilidades para os próximos

anos em educação, saúde e direitos básicos e principalmente expandir as áreas de atuação, de investimento e de arrecadação da cidade, como a economia voltada para as áreas de comércio e turismo.

Por mais que a indústria do petróleo se reerga e volte a gerar receitas como outrora, é preciso que, em caso de crise como a atual, os impactos na sociedade macaense não sejam tão fortes e imediatos. Lidar com as expectativas de uma sociedade não é tarefa fácil, no entanto, mesmo em um cenário de crise não se pode ignorar que a cidade ainda mantém receita maior do que muitas cidades e tem plenas condições, com bom planejamento, de se reerguer.

Os insumos das políticas públicas consistem no conhecimento das especificidades regionais, locais e de suas características. Outro ponto importante observado é que os cenários mundial, nacional e municipal se modificam com o passar dos anos, alterando-se, assim, as necessidades. Por isso, a importância de planos estratégicos de curto prazo e acompanhamento das mudanças para que os objetivos não se configurem em metas utópicas ou fiquem pelo caminho.

Outra questão importante abordada é a dificuldade da cidade em comportar um aumento tão grande no número de cidadãos nos últimos anos. Esse fator refletiu em vários aspectos no âmbito público e na deficiência nos serviços oferecidos pela Administração Pública, principalmente quanto à saúde e educação. É preciso que os bairros formados após a expansão da economia municipal sejam analisados com maior rigor e prioridade, pois esses são os “filhos” de anos de uma imagem construída erroneamente como uma cidade de oportunidade para todos.

A presente pesquisa também demonstrou um número baixo de artigos relacionados à geração de trabalho, renda e qualificação profissional no Município (e para os munícipes), considerando a relevância do assunto abordado. Buscou-se colocar o município como protagonista no desenvolvimento local, analisando ao longo dos anos as medidas tomadas, referentes às políticas públicas de combate ao desemprego, elevação dos níveis educacionais e renda. Como medidas importantes para o futuro ficam essenciais a inclusão digital, programas de conscientização e cidadania, economia cooperativa, expansão das áreas de atuação com investimento na formação de profissionais atuantes com um leque de maior abrangência e não somente voltadas para os ramos do petróleo e gás.

As ações dos últimos dois anos (2018-2019) têm demonstrado que o projeto de administração pública tem se modificado, apoio a *startups*, medidas para manutenção do acesso aos estudantes do ensino superior, oferta de cursos profissionalizantes, algumas ações de fomento ao turismo, entre outros, dão contorno a um perfil de administração pública mais comprometida com a responsabilidade social.

O atual esforço em constituir o município como “Cidade do Conhecimento” “encontra eco” em investigações socioeconômicas, como a empreendida por Souza e Lamounier (2010) em busca da compreensão das camadas médias brasileiras e o aumento de padrão de vida experimentado por estas na primeira década do milênio. O investimento em educação e qualificação para o trabalho são motrizes de ascensão social na macroestrutura política e econômica (global). A desqualificação, seja das organizações, seja da mão de obra não resiste à escassez de recursos (crise). A sustentabilidade dos territórios urbanos depende cada vez mais dos processos e produtos educacionais.

Espera-se que investigações sobre o contexto social ganhem força no cenário acadêmico e mais pesquisas sejam realizadas nesse sentido, em busca de uma cidade planejada e administrada para esta e para as próximas gerações.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Petróleo transformou a cidade de Macaé em um novo “eldorado”**. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agencia-brasil/noticia/2006-04-21/petroleo-transformou-cidade-de-macae-em-um-novo-eldorado>. Acesso em: 27 nov. 2016. Publicado em 2006.

ALVES, Glória da Anunciação. **Cidade, Cotidiano e TV**. In: CARLOS, A. F.(org.) A geografia na sala de aula. In: DUARTE, M. de B. (et al) Reflexões sobre o espaço geográfico a partir da fenomenologia. Revista eletrônica: Caminhos de Geografia 17 (16) 190-196. UFU, 2005. Original publicado em 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasil, 1988.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1975.

CATTANI, A. D. **Trabalho e autonomia**. Petrópolis: Vozes, 2000.

DI PIETRO, Maria. Função Social da Propriedade Pública. **Revista Eletrônica de Direito do Estado**, Salvador, Instituto de Direito Público, nº 6, 2006.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Paulinas, 1989.

G1 - **Macaé e Campos têm o maior número de desemprego no interior do Rio**. Disponível em <http://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2017/01/macae-e-campos-tem-o-maior-numero-de-desemprego-no-interior-do-rio.html>. Acesso em 15/07/2017. Publicado em 26/01/2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados do Censo Demográfico 2000 e 2010**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 nov. 2016.

O DEBATE MACAÉ. **Taxa de desemprego no comércio apresenta menor queda em maio**. Disponível em <https://www.odebateon.com.br/site/noticia/detalhe/39198/taxa-de-desemprego-no-comercio-apresenta-menor-queda-em-maio>. Acesso em 05 de maio de 2018. Publicado em 27/06/2017.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. **Relatório anual do panorama trabalhista da região**. Disponível em <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/12/oit-aponta-emprego-informal-como-grande-desafio-da-america-latina.html>. Acesso em 11 de maio de 2018. Publicado em 18/12/2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ. **Apresentação Funemac**. Disponível em: <http://www.macaerj.gov.br/funemac/conteudo/titulo/apresentacao>. Acesso em: 02 nov. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ. **Ro-yalties**. Disponível em: <http://www.macaerj.gov.br/conteudo/leitura/titulo/royalties>. Acesso em 28 maio de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ. **Lei Complementar Nº 279/2018**. Disponível em: <http://www.macaerj.gov.br/midia/conteudo/arquivos/1517578689.pdf>. Acesso em 28 de maio de 2018.

SARAVIA, E. **Introdução à teoria de política pública**. In: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. Políticas Públicas: coletânea. Brasília: ENAP, 2006.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO. **Governo apresenta Planejamento Estratégico 2018-2021 aos gestores**. Disponível em <http://www.macaerj.gov.br/semad/leitura/noticia/governo-apresenta-planejamento-estrategico-2018-2021-aos-gestores>. Acesso em 12 de

maio de 2018.

SOUZA, Amaury de. LAMOUNIER, Bolívar. **A Classe Média Brasileira**. Ambições, valores e projetos de sociedade. Brasília/DF: Campus/Elsevier/CNI, 2010.

TRIBUNA DO ESTUDANTE. **Macaé investe para ser a capital do conhecimento**. Primeira edição publicada. 2016.

